

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE Nº 31/2024

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá da melhor forma a manutenção do Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão – CFTV, dos 02 portões eletrônicos e da cerca elétrica da Procuradoria da República em Pernambuco.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, realizando o levantamento dos principais requisitos, sejam técnicos, legais ou de sustentabilidade, das condições do mercado, do quantitativo, das especificações do objeto e das especificidades contratuais, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - O sistema de vigilância por Circuito Fechado de Televisão (CFTV) tem por objetivo registrar, por meio de imagens, a entrada e saída de pessoas, incidentes de segurança, vandalismo, comportamento indevido e diversas outras ocorrências que porventura possam ocorrer decorrentes da ação de terceiros ou de pessoas que trabalham no próprio órgão. Dessa forma, é um componente fundamental para a proteção das instalações físicas, dos membros, servidores, colaboradores e visitantes.

1.2 - Um bom sistema de monitoramento por CFTV permite aumentar a segurança institucional, impedindo as práticas ilícitas de furtos, roubos, depredação, invasão, vandalismo, apropriação indébita, entre outros. Além disso, traz imagens em tempo real de ambientes altamente expostos, sendo possível o seu monitoramento para a redução das ocorrências e, por fim, guarda as gravações que servirão de provas para a polícia. A ausência de uma manutenção adequada do sistema de vigilância pode comprometer a eficácia do monitoramento, deixando áreas vulneráveis e assim acarretando falhas que podem prejudicar a segurança do Órgão.

1.3 - Já os portões eletrônicos e a cerca elétrica desempenham um papel crucial na proteção perimetral, atuando como uma barreira contra tentativas de invasão e violação das áreas protegidas. A manutenção regular permitirá mantê-los em bom estado e corrigir as falhas que possam comprometer a sua eficácia, expondo o edifício a riscos de segurança.

1.4 - A manutenção preventiva do sistema CFTV, dos 02 portões eletrônicos e da cerca elétrica é uma estratégia eficaz para evitar reparos emergenciais e substituições dispendiosas de equipamentos. Investir em manutenção regular resulta em economia a longo prazo, prevenindo gastos imprevistos com falhas graves.

1.5 - As manutenções dos referidos equipamentos devem seguir as normas técnicas e regulamentações vigentes, garantindo a segurança dos equipamentos e das instalações. A contratação de uma empresa especializada assegura que todos os procedimentos sejam realizados de acordo com as melhores práticas e em conformidade com a legislação aplicável.

1.6 - Diante do exposto, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de CFTV, dos 02 portões eletrônicos e da cerca elétrica, garantindo um ambiente seguro para todos os seus ocupantes e visitantes, bem como a proteção do patrimônio público.

1.7 - A necessidade de contratação ampara-se também no conhecimento de que nos quadros atuais do MPU inexistem servidores concursados para desenvolver tais atividades.

Assim, a alternativa da terceirização apresenta-se como a solução cabível, em consonância com o disposto no art. 2º da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998, parágrafo 1º do art. 1º do Decreto 2.271 de 07 de julho de 1997 e Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05 de 26 de maio de 2017, que possibilita a contratação indireta de serviços.

1.8 - O objeto desta contratação se enquadra nos seguintes códigos do Catálogo Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada/planilha-catmat-catser>):

- Serviço de Manutenção dos portões eletrônicos: Grupo 871, cód. serviço 17.957
- Serviço de Manutenção do Circuito CFTV: Grupo 873, cód. serviço 22.977
- Serviço de Manutenção da Cerca Elétrica: Grupo 873, cód. serviço 14.826.

1.9 - Por fim, a presente contratação se faz necessária, tendo em vista que o pacto administrativo vigente para manutenção do sistema de CFTV (Contrato MPF/PRPE n.º 02/2021) vige até o próximo dia 31/01/2025.

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2025, e está inserida no Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF para os anos de 2022-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 1.084, de 19 de dezembro de 2022, principalmente quanto ao atingimento do seguinte objetivo: “OE 09: Otimizar a gestão de pessoas, materiais e dados, com foco na eficiência, sustentabilidade e economicidade”.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Requisitos Funcionais:

3.1.1 – A empresa contratada prestará serviços de manutenção preventiva e corretiva nos seguintes equipamentos /sistemas de segurança da PRPE:

3.1.1.1 - SISTEMA CFTV:

- ⌚ 15 (quinze) Câmeras Hikvision Modelo DS-2CD1143G1E-I;
- ⌚ 15 (quinze) Câmeras Hikvision Modelo DS-2CD1043G1E-I;
- ⌚ 16 (dezesesseis) Câmeras Hikvision Modelo DS-2CD1023G0E-I;
- ⌚ 16 (dezesesseis) Câmeras Hikvision Modelo DS-2CD1323G0E-I;
- ⌚ 03 (três) NVR Hikvision de Modelo DS-7632NI-K2 e;
- ⌚ 02 Câmeras PTZ Dome Hikvision de Modelo DS-2DE5232W-AE;
- ⌚ 03 monitores;
- ⌚ A alimentação é integrada à rede de TI, sendo pelo switch POE.

3.1.1.2 - CERCA ELÉTRICA:

- ⌚ A cerca eletrificada é instalada nas laterais e fundos da PRPE, medindo aproximadamente 258,34 metros.
- ⌚ O alarme de barreira é instalado no gradil frontal da sede da PRPE, que mede aproximadamente 147,35 metros, possuindo 08 (oito) sensores de barreira infravermelho da marca INTELBRAS.

3.1.1.3 - PORTÕES ELETRÔNICOS:

A PR-PE possui 02 portões eletrônicos, compostos de:

- ⌚ 02 Portões de Alumínio;
- ⌚ 02 Motores da marca PECCININ deslizantes, de 1HP de potência;
- ⌚ 03 botoeiras;
- ⌚ 02 controles remotos.

3.1.2 - Os serviços devem ser executados por empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de CFTV, portões eletrônicos e cerca elétrica, com uma equipe técnica qualificada e em quantidade suficiente para atender às demandas do contrato, inclusive em situações de emergência.

3.1.3 - A prestação do serviço contratado deverá ser executada sem dedicação exclusiva de mão de obra, ou seja, sem alocação de funcionário terceirizado nos edifícios-sede da CONTRATADA.

3.1.4 - A prestadora dos serviços deve fornecer mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

3.1.5 - A presente contratação não contemplará o fornecimento de peças de reposição/manutenção/correção, cabendo o encargo de tal fornecimento à CONTRATANTE.

3.1.6 - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.1.7 - A empresa CONTRATADA deve possuir todas as licenças e alvarás necessários para operar legalmente e estar em conformidade com todas as normas e regulamentações técnicas, de segurança e ambientais aplicáveis à manutenção do Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão – CFTV, portões eletrônicos e cerca elétrica.

3.1.8 - A mão de obra disponível para execução dos serviços deve ser composta de profissionais qualificados, tendo o CONTRATANTE o direito de rejeitar o emprego de qualquer profissional que não esteja de acordo com a execução deles.

3.1.9 - Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser executados dentro das notas técnicas da ABNT, das especificações técnicas dos fabricantes, dos materiais e em obediência às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

3.1.10 - Deve ser realizada **manutenção preventiva regular mensal** em todos os equipamentos e manutenções corretivas sempre que identificada a necessidade pelo setor demandante.

3.1.11 - Deve ser emitido relatório técnico de manutenção mensal, que engloba tanto as manutenções preventivas quanto as corretivas realizadas. O relatório deve ser detalhado com todas as atividades de manutenção realizadas, incluindo diagnóstico, procedimentos executados, peças substituídas e recomendações futuras.

3.1.12 - Deve ser emitido relatório de vistoria quando das manutenções corretivas.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- ⌚ **Instrução Normativa nº 05/2017/MPDG:** dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- ⌚ **Instrução Normativa nº 58/2022:** dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares;
- ⌚ **Instrução Normativa nº IN 65/2021:** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços;
- ⌚ **Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:** regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União;
- ⌚ **Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG:** dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- ⌚ **Lei complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006:** institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- ⌚ **Lei nº 12.305/2010:** institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ⌚ **Decreto Federal nº 10.936/2022:** regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ⌚ **Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017:** dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- ⌚ **Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022:** autorizada a aplicação da Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- ⌚ **Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho:** estabelece os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- ⌚ **Norma Regulamentadora nº 10 do Ministério do Trabalho:** estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade;
- ⌚ **Instrução Normativa 01/2018/SG:** dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do MPF.
- ⌚ **Solução de Consulta nº 317,** de 23/12/2019 (COSIT/Receita Federal).
- ⌚ **Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 152/2020.**

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

3.3.1 - Conforme o inciso XV, art. 6º, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o serviço previsto nesta contratação se enquadra como serviços contínuos:

“XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;”

3.3.2 - Além disto, o inciso XXII da Instrução Normativa MPF/SG nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, traz o serviço previsto nesta contratação classificado como contínuo:

“Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

(...)

XXX. Manutenção de sistemas de segurança;

XXXI. Manutenção de sistemas de som e imagem;”

3.3.3 - Enfatiza-se que uma contratação mais longa propicia uma maior diluição dos custos iniciais de contratação, de forma que a proponente possa melhorar sua margem mensal de retorno e repassar à Administração um valor mais competitivo, ante uma contratação de 12 meses, ou seja, um maior período inicial permite que a CONTRATADA possa melhor amortizar seus custos iniciais e fazer proposta mais vantajosa. Para mais, vislumbra-se a possibilidade de uma parceria mais duradoura, com maior estabilidade, que resulte em benefícios econômicos e operacionais para o órgão.

3.3.4 - Considerando essas vantagens operacionais (realizar menos processos de prorrogação e, assim, obter maior eficiência dos recursos humanos) e econômicas (possibilidade de redução dos custos mensais devido ao maior prazo para diluir o investimento inicial), bem como a característica do serviço (não é recomendada uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços), sugere-se que a vigência inicial seja de **05 (cinco) anos**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 anos, com base no artigo 107, da Lei 14.133, de 2021.

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

3.4 - Requisitos Temporais

3.4.1 - Manutenção preventiva - As manutenções preventivas do Sistema de Captura de Imagens por Circuito Fechado de Televisão – CFTV, dos 02 portões eletrônicos e da cerca elétrica deverão ser realizadas **mensalmente**, de 2ª a 6ª feiras, entre 08h00 e 17h00 horas. Este procedimento deverá ser previsto e agendado no Plano de Manutenção Periódica.

3.4.2. Manutenção corretiva - Os chamados para manutenção corretiva do CFTV, portões eletrônicos e cerca elétrica serão feitos, **preferencialmente**, de segunda à sexta-feira, das 8h00 às 17h00, e deverão ser atendidos conforme os prazos abaixo:

3.4.2.1 - O prazo de atendimento para chamados de manutenção corretiva do sistema CFTV fica em **até 48 horas**, contados a partir do momento da abertura do chamado.

3.4.2.1.1 - Na ocorrência de falhas que resultem em perda das funcionalidades do Sistema de CFTV, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de **4 horas**, contados a partir do momento da abertura do chamado, o restabelecimento do sistema, inclusive, em horários noturnos, e aos sábados, domingos e feriados.

3.4.2.2 - O prazo de atendimento para chamados de manutenção corretiva dos portões eletrônicos e cerca elétrica será de até **12 horas**, contados a partir do momento da abertura do chamado.

3.4.2.3 - Os prazos acima estabelecidos justificam-se, entre outras razões, para garantir a segurança das instalações, pois ao minimizar o tempo em que o sistema fica inoperante, reduzir-se-ão vulnerabilidades e possíveis brechas de segurança, de modo a proteger a PRPE contra possíveis ameaças. A manutenção rápida mantém os processos em funcionamento, evitando interrupções desnecessárias. Ademais, a continuidade do monitoramento do CFTV, em particular, é vital para a eficiência das operações.

3.4.3 - Os prazos estipulados poderão ser dilatados caso se verifique a necessidade de execução de serviços de maior vulto ou complexidade, a serem avaliados pela FISCALIZAÇÃO.

3.4.4 - O prazo máximo de execução da **primeira manutenção preventiva** deve ser de **até 15 (quinze) dias** corridos, contados a partir do início da vigência contratual.

3.4.5 - A empresa contratada deverá manter número de telefone emergencial, podendo ser telefone convencional, móvel, ou mesmo através de sistema informatizado de atendimento, desde que possibilite contato 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive aos domingos e feriados.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - Comunicar à PRPE, nas pessoas dos fiscais do contrato, os dados da empresa, de seu responsável, e dos demais funcionários, que deverão estar devidamente uniformizados e identificados, munidos de todo equipamento individual de segurança necessário.

3.5.2 - Os funcionários das empresas contratadas deverão adequar-se às regras de segurança da circulação e identificação da PRPE, bem como à legislação pertinente.

3.5.3 - A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços.

3.5.4 - As proteções, sinalizações e fechamentos necessários à execução dos serviços, ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo responsável por qualquer prejuízo ou dano causado a pessoas ou ao patrimônio do MPF ou de terceiros, devendo os procedimentos e materiais - placas de sinalização, telas, plataformas de proteção, tapumes e galerias - estarem de acordo com a NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (Norma Regulamentadora nº18 do Ministério do Trabalho).

3.5.5 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

3.6.1 - À CONTRATADA caberá a responsabilidade das execuções dos serviços objeto da contratação, bem como a utilização de equipamentos essenciais para realização dos serviços, inclusive os que garantam a segurança de seu pessoal (EPIs) e o

fornecimento de todos os equipamentos necessários à prestação dos serviços, com exceção de peças de reposição/manutenção e correções (**vide item 3.1.5**).

3.6.2 - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a execução dos serviços contratados.

3.6.3 - A mobilização e desmobilização de equipe para a realização do objeto contratado será de responsabilidade da CONTRATADA, assim como o fornecimento de equipamentos, ferramentas, mão de obra, transporte e tudo que for necessário para a execução do serviço contratado, exceto materiais (peças e/ou insumos).

3.6.4 - DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

Ocorrerão mensalmente, independente de chamados prévios, contemplando os seguintes serviços.

3.6.4.1 - DAS ROTINAS DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS DO SISTEMA DE CFTV:

Será exigida uma visita mensal para manutenção preventiva e a entrega de um Relatório de Assistência Técnica (RAT), na qual serão realizados os seguintes serviços, no que couber:

- ⌚ Limpeza geral das caixas de proteção e parte externa das câmeras;
- ⌚ Limpeza da lente e visor das câmeras;
- ⌚ Ajuste de foco das lentes;
- ⌚ Verificação dos conectores;
- ⌚ Verificação das tensões de alimentação, correntes e potências envolvidas;
- ⌚ Verificação da instalação física (suporte e fiação);
- ⌚ Verificação do funcionamento de softwares, aplicativos e firmwares, bem como suas versões e atualizações;
- ⌚ Observação das condições de aterramento da rede e das câmeras, assim como eventuais correntes induzidas que podem vir a causar danos aos aparelhos/equipamentos;
- ⌚ Atualizar o sistema do software de gerenciamento e demais serviços necessários à manutenção plena do sistema.

3.6.4.2 - DAS ROTINAS DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS DA CERCA ELÉTRICA:

Será exigida uma visita mensal para manutenção preventiva e a entrega de um Relatório de Assistência Técnica (RAT), na qual serão realizados os seguintes serviços, no que couber:

- ⌚ Inspeção Visual;
- ⌚ Limpeza;
- ⌚ Teste de Voltagem;
- ⌚ Verificação de conexões;
- ⌚ Verificação do Aterramento;
- ⌚ Inspeção da vegetação próxima aos fios, e registrar no RAT;
- ⌚ Atualização de software;

- ⌚ Monitoramento de tensão;
- ⌚ Inspeção regular nos isoladores e conexões e demais serviços necessários à manutenção plena das cercas elétricas e sensores.

3.6.4.3. DAS ROTINAS DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS DOS PORTÕES ELETRÔNICOS:

Será exigida uma visita mensal para manutenção preventiva e a entrega de um Relatório de Assistência Técnica (RAT), na qual serão realizados os seguintes serviços, no que couber:

- ⌚ Verificação e ajuste de abertura e fechamento e de sensores de fim de curso;
- ⌚ Verificação e ajuste de fixação dos ímãs, com troca de suportes, se necessário;
- ⌚ Verificação e ajuste de trilhos (fixação no piso e desgaste) e do aperto dos bornes elétricos;
- ⌚ Verificação e ajuste de lubrificação de roldanas, rolamentos, gonzos e guias;
- ⌚ Verificação de valor de capacitor com registro do valor medido no relatório de serviço;
- ⌚ Verificação de medição de corrente elétrica nas bobinas do motor com registro no relatório de serviço;
- ⌚ Lubrificação de eixo sem fim do braço de portão pivoltante ou basculante;
- ⌚ Limpeza e verificação da integridade da cremalheira;
- ⌚ Verificação de existência de corrosão, com lixamento e aplicação de produto anticorrosão em pontos de corrosão;
- ⌚ Limpeza e verificação da integridade da engrenagem do motor;
- ⌚ Verificação do nível da carga da bateria dos controles;
- ⌚ Verificação de operacionalidade do sinaleiro luminoso / sonoro;
- ⌚ Verificação e ajuste de outros itens não citados acima, mas que sejam de relevância para mitigar a ocorrência de falhas nos portões.

3.6.4.3.1 - Os serviços de manutenção dos portões eletrônicos não englobam obras civis, pintura, reparo em gesso e instalações elétricas.

3.6.4.4 - Os serviços relativos à assistência técnica preventiva poderão ser executados simultaneamente por ocasião de uma visita de assistência técnica corretiva.

3.6.5 – DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

3.6.5.1 - O serviço de manutenção corretiva é caracterizado pelo restabelecimento dos componentes do sistema às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos por meio de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, reprogramação, substituição de peças, componentes e acessórios que se apresentarem quebrados, gastos ou defeituosos.

3.6.5.2 - Os serviços de manutenção corretiva serão executados:

3.6.5.2.1 - Imediatamente após a manutenção preventiva, sempre que for(em) detectada(s) falha(s) no sistema;

3.6.5.2.2 - Atendendo chamados feitos pelo CONTRATANTE, sempre que este detectar falhas no sistema, e se darão da seguinte forma:

3.6.5.2.2.1 - Os chamados de manutenção corretiva serão abertos preferencialmente de 2ª a 6ª feiras, das 8h00 às 17h00, ou a qualquer tempo, inclusive sábados, domingos ou feriados, quando se fizer necessário, a critério da administração e de acordo com a urgência da demanda, e deverão ser realizados em **até 48 (quarenta e oito) horas**, contadas a partir da abertura do chamado, para o sistema de CFTV; e em **até 12 horas**, contados a partir do momento da abertura do chamado, para a manutenção corretiva nos portões eletrônicos e cerca elétrica.

3.6.5.2.2.2 - Na ocorrência de falhas que resultem em perda das funcionalidades do Sistema de CFTV, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de **4 horas**, contadas a partir da abertura do chamado, o restabelecimento do sistema, inclusive, em horários noturnos, e aos sábados, domingos e feriados.

3.6.6 - A substituição de peças ou componentes somente será feita em caso de comprovada necessidade e mediante justificativa apresentada pela CONTRATADA, que será submetida à análise do CONTRATANTE, e, não havendo óbice, autorizada. O fornecimento de peças e componentes para substituição caberá à CONTRATANTE.

3.6.7 - Caso não seja possível concluir o reparo dentro do prazo estipulado, a empresa CONTRATADA deverá informar a possível implementação de uma solução provisória no mesmo prazo e apresentar um plano para a solução definitiva do problema.

3.6.8 - Os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados nas dependências da PRPE, salvo em casos incomuns que requeiram a retirada de peças e/ou equipamentos, que deverão ser previamente autorizados pela PRPE.

3.6.9 - Os custos referentes ao transporte de equipamentos e equipe para manutenção corretiva deverão estar contemplados dentro do custo mensal do contrato, sem ônus adicional para a PRPE.

3.6.10 – DA RETIRADA (DESINSTALAÇÃO) E/OU INSTALAÇÃO DE NOVAS CÂMERAS

3.6.10.1 - O serviço necessário para retirada (desinstalação) e/ou realocação de câmeras em funcionamento e a instalação de novas câmeras é de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE. Todo material necessário para os serviços previstos neste item será fornecido pela CONTRATANTE.

3.6.10.1.1 - Para os serviços descritos no **item 3.6.10.1**, caso a câmera a ser instalada ou realocada necessite do uso de equipamentos especializados, resultando em um custo considerável à CONTRATADA, o serviço de acesso à referida câmera será de responsabilidade da CONTRATANTE (exemplo: câmera, cujo acesso necessite de equipamento de suspensão vertical, com mão de obra especializada).

3.6.10.1.2 - Para os serviços descritos no **item 3.6.10.1**, a DISOT fará um **estudo (relatório)**, contemplando, entre outras informações, o local de instalação, modelo da câmera, percurso do cabeamento, resultados pretendidos, etc.

3.6.10.1.3 - Após o recebimento do referido estudo descrito no **item 3.6.10.1.2**, a empresa deverá iniciar os serviços de realocação ou instalação em **até 05 (cinco) dias úteis**.

3.6.11 – DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS

3.6.11.1 – Deverá ser emitido Relatório de Assistência Técnica (RAT) a cada manutenção, seja preventiva ou corretiva.

3.6.11.2 - Caberá à CONTRATADA elaborar **relatório de vistoria inicial** de todas as instalações e equipamentos cuja manutenção esteja sob sua responsabilidade, **no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do início da execução do contrato, ou 15 (quinze) dias após a primeira manutenção preventiva**, especificando detalhadamente a situação em que se encontram os equipamentos objetos da manutenção, inclusive destacando detalhes de não-conformidade encontrados com relação às recomendações do fabricante que possam futuramente impactar na rotina de manutenção.

3.6.12 – DA OBSERVÂNCIA DAS NORMAS E REGULAMENTOS

3.6.12.1 - A execução dos serviços constantes deste Estudo Técnico Preliminar deverá obedecer rigorosamente:

- ⌚ Aos manuais dos fabricantes;
- ⌚ Às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), no que couber;
- ⌚ Às disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;
- ⌚ Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

3.7- Requisitos de Garantia Contratual

3.7.1 - Segundo a Lei nº 14.133/2021:

“Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.”

3.7.2 - Conforme a 4ª Edição da Revista Atualizada e Ampliada Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TC:

“É facultado à Administração exigir prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços, de modo a assegurar plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público. Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto.”

3.7.3 – Na análise da necessidade de exigência da prestação de garantia da contratação, levaremos em conta os seguintes fatores:

- Discricionariedade por parte da administração quanto à exigência ou não de garantia; e
- Análise das complexidades do objeto e do valor da contratação, se poderá importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração, em razão do inadimplemento do serviço contratado.

3.7.4 - Assim, ante a baixa complexidade do objeto e do valor da contratação, a possível ocorrência de descumprimentos contratuais não trará prejuízos consideráveis à Administração. Destarte, **não será exigida** garantia contratual.

3.8 - Requisitos de qualificação técnica

3.8.1 - Capacidade Técnico-Operacional - A empresa participante deverá apresentar um ou mais atestado(s), expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove:

3.8.1.1 - Ter o licitante executado ou estar executando, de forma satisfatória, serviços que reúnam características similares à parcela de maior relevância do objeto desta contratação, qual seja: serviço de manutenção em sistema de vigilância por Circuito Fechado de Televisão (CFTV).

3.8.1.2 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme Acórdão TCU nº 1214/2013.

3.8.1.3 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.8.2 - Capacidade Técnico-profissional - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, em possuir profissional contratado ou integrante de seu quadro permanente, devidamente habilitado pelo respectivo Conselho de Classe competente e detentor de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características e quantidades compatíveis ao objeto desta licitação, ou seja, **Certidão de Acervo Técnico do profissional - CAT**, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente, que comprove a anterior execução de serviços, que reúna características com o objeto desta licitação.

3.8.2.1 - Os profissionais indicados pela empresa para fins da qualificação técnico-profissional poderão ser integrantes do seu quadro permanente ou não, desde que a licitante apresente um dos seguintes documentos: **(A)** apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso de o profissional ser funcionário da empresa participante; ou **(B)** apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso de o profissional pertencer ao quadro societário da empresa participante; ou **(C)** apresentação do contrato de prestação de serviços; ou **(D)** declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, quando o profissional não for integrante do quadro permanente do licitante, conforme modelo anexo.

3.8.3 - Declaração, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.9 - Requisitos de qualificação econômica

Não se aplica.

3.10 - Requisitos Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental (no que couber)

3.10.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL

3.10.1.1 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços.

3.10.1.2 - Além de observar o art. 6º da IN nº 01/2010, atendendo, no que couber, aos requisitos descritos no referido artigo, sugere-se inserir no termo de referência os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, além de manuais mais atualizados de outros órgãos, adotados como boas práticas:

3.10.1.2.1 - Utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente.

3.10.1.2.2 - Utilizar produtos de limpeza, de lubrificação e antiferrugem menos ofensivos.

3.10.1.2.3 - Realizar a coleta de resíduos provenientes da manutenção dos equipamentos objeto da contratação.

3.10.1.2.4 - Efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão.

3.10.1.2.5 - Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

3.10.1.3 - Peças ou acessórios substituídos, embalagens, baterias e demais materiais deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitada a legislação ambiental, em conformidade com a legislação (Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os preceitos de preservação ambiental.

3.10.1.4 - Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

3.10.2 - PERSPECTIVA ECONÔMICA

Em razão dos valores máximos previstos para esta contratação, o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito dos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano, o lote será exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

3.10.3 - PERSPECTIVA SOCIAL

3.10.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

a) Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 38 e 39 da Lei 12.288/2010;

b) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;

c) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170º da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

3.10.4 – Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente Termo, deverá a contratada atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

- a) Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;
- b) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- c) Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da contratante;
- d) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do MPF;
- e) Observar a Resolução Conama nº 401/2008, para a aquisição e descartes de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- f) Privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria prima e materiais de origem local.

3.11 - Outros requisitos aplicáveis

3.11.1 – As empresas interessadas em participar **PODERÃO** vistoriar os locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e nível de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à DISOT, por telefone (81) 2125-8906/2125-8956/2125-7386 / (81) 98162-3005, ou e-mail: prpe-disot@mpf.mp.br.

3.11.1.1 – O licitante deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita.

3.11.1.2 – Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo de declaração de conhecimento das condições do local constante no Edital de Licitação.

3.11.1.3 – A empresa que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

3.11.2 – A CONTRATADA deverá manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.

3.11.3 - Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, na assinatura do contrato, declaração nos moldes do artigo 6º da IN RFB nº 1.234, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

3.11.4 - NÃO SERÁ admitida a **SUBCONTRATAÇÃO** do objeto contratual.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 – As quantidades de equipamentos estão descritas na tabela abaixo:

Equipamentos	Quantidade
Câmeras Hikvision Modelo DS-2CD1143G1E-I;	15
Câmeras Hikvision Modelo DS-2CD1043G1E-I;	15
Câmeras Hikvision Modelo DS-2CD1023G0E-I;	16
Câmeras Hikvision Modelo DS-2CD1323G0E-I	16
NVR Hikvision de Modelo DS-7632NI-K2	03
Câmeras PTZ Dome Hikvision de Modelo DS-2DE5232W-AE	02
Monitores	03
Cerca eletrificada	258,34 metros
Alarme de barreira	147,35 metros
Sensores de barreira infravermelho da marca INTELBRAS	08
Portões Eletrônicos	02

4.2 - Os quantitativos poderão sofrer alterações para adequação aos interesses do CONTRATANTE, por meio de acréscimos e supressões. Essa descrição tem como objetivo apontar o atual quantitativo de equipamentos, para fins de elaboração da proposta.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - Inicialmente foram pesquisadas, no mercado local, empresas do ramo de segurança eletrônica para certificarmos que elas conseguiriam fazer as manutenções requeridas no presente Estudo, qual seja, manutenção preventiva e corretiva no sistema de CFTV, cerca elétrica e portões eletrônicos. Todas as empresas contactadas confirmaram que realizam as três atividades.

5.2 - Foram pesquisadas também contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo.

5.3 - Após as referidas pesquisas, foram levadas em consideração as seguintes alternativas para contratação pretendida:

5.3.1 - ALTERNATIVA 1: Serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra para manutenção preventiva e corretiva.

Nesta proposta, os serviços são realizados com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo os profissionais supervisores. Ou seja, se faz necessário que a contratada mantenha, em período integral e de forma exclusiva, funcionários à disposição da Administração.

VANTAGENS:

- Com a dedicação exclusiva de mão de obra, os técnicos estão sempre disponíveis para atender a emergências e realizar manutenções imediatas, reduzindo o tempo de inatividade dos sistemas.

DESVANTAGENS:

- Por ser considerado um serviço de utilização pontual de mão de obra, não se justifica a utilização de dedicação exclusiva de mão de obra.
- A contratação com dedicação exclusiva de mão de obra envolve custos fixos elevados com salários, benefícios e encargos trabalhistas, que serão repassados aos preços, independentemente da quantidade de trabalho realizado.
- É necessário disponibilizar infraestrutura adequada para os técnicos alocados exclusivamente no órgão, como espaço físico.
- O órgão pode se tornar excessivamente dependente dos técnicos contratados, o que pode ser problemático em casos de ausência, férias ou desligamento dos funcionários.
- Gerir uma equipe residente pode ser mais complexo e exigir mais recursos administrativos, especialmente em termos de coordenação e supervisão das atividades diárias.
- A tecnologia de segurança eletrônica evolui rapidamente, sendo necessário investimentos contínuos em treinamento e atualização dos técnicos alocados exclusivamente no órgão, para que estejam aptos a lidar com novos sistemas e tecnologias, que poderão ser repassados aos preços.

Essa alternativa não atende ao objetivo, uma vez que contratos dessa natureza podem ser difíceis de se ajustar às mudanças nas necessidades do órgão público, levando a possíveis ineficiências e desperdícios de recursos.

5.3.2 - ALTERNATIVA 2: Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra para manutenção preventiva e corretiva, incluso fornecimento de peças.

Nesta opção, os serviços são realizados sem dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo os profissionais supervisores. Neste caso, os profissionais sempre prestariam os serviços em datas programadas (manutenções preventivas) ou em momentos não planejados para atendimentos de chamados de manutenção corretiva ou de serviços de adequação. No entanto, além da mão de obra não-residente, está previsto o fornecimento de materiais para eventuais reposições e adequações.

VANTAGENS:

- O fornecedor único é totalmente responsável pelo funcionamento dos sistemas, incluindo a qualidade das peças e dos serviços, o que facilita a resolução de problemas e a responsabilização em caso de falhas.
- A contratação de um único fornecedor responsável tanto pela mão de obra quanto pelo fornecimento de peças simplifica a gestão do contrato, reduzindo a burocracia e a necessidade de coordenação entre diferentes fornecedores.

DESVANTAGENS:

- A inclusão de peças no contrato pode aumentar significativamente os custos, especialmente se os preços das peças forem inflacionados pelo fornecedor.
- Pode ser mais difícil garantir a transparência e a realização de auditorias detalhadas, uma vez que o controle sobre os preços das peças e a qualidade do serviço está centralizado no fornecedor.
- O fornecedor poderá comprometer a eficiência do equipamento, optando em adiar a substituição de peças para diminuir seus custos.
- Contratos que incluem fornecimento de peças podem ser menos flexíveis, dificultando ajustes nas especificações ou mudanças de tecnologia sem renegociar os termos do contrato.

- Negociar contratos que incluam tanto a mão de obra quanto o fornecimento de peças pode ser mais complexo, exigindo uma atenção maior aos detalhes e às cláusulas contratuais para evitar problemas futuros.

Essa alternativa não atende ao objetivo, pois, conforme **PARECER SEORI/AUDIN-MPU Nº 152/2020**, nas contratações com fornecimento de peças por meio de reembolso, a contratada deverá emitir nota fiscal de venda, o que ensejará na retenção de tributos:

"(...) no caso de se apresentarem situações que exijam a substituição de peças não relacionadas no termo contratual, a contratada ficará responsável pela respectiva aquisição, tornando-se proprietária desse material, que em seguida será fornecido à Administração adquirente, juntamente com a emissão de nota fiscal de venda, discriminados os tributos incidentes, uma vez que esse procedimento, nos termos da SC Cosit SRFB nº 317/2019, constitui natureza de compra e venda, que enseja retenção de tributos."

(...)

Diante de todo o exposto, cumpre a esta Auditoria Interna reformar o entendimento anterior, referente à forma de efetivação de reembolso das despesas, oriundo de reposição de peças com ônus para a contratante, e recomendar que doravante tal procedimento seja realizado **com a retenção dos tributos federais, em respeito a IN/RFB nº 1.234/2012 e a recente SC Cosit-SRFB nº 317/2019** retromencionadas, devidamente ajustadas aos contratos de prestação de serviços, observado, no que couber, o disposto no inc. XIII do art. 2º da Lei nº 9.784/1999."

Em complemento, de modo a elucidar a dúvida suscitada, cumpre trazer à baila, trechos da **IN RFB 1.234, DE 11/01/2012**:

"Art. 2 Ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, os seguintes órgãos e entidades da administração pública federal:

I - os órgãos da administração pública federal direta;

II - as autarquias;

III - as fundações federais;

IV - as empresas públicas;

V - as sociedades de economia mista; e

VI - as demais entidades em que a União, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

§ 1º A retenção efetuada na forma deste artigo dispensa, em relação aos pagamentos efetuados, as demais retenções previstas na legislação do IR.

§ 2º As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura. (grifo nosso).

(...)

§ 6º Para fins desta Instrução Normativa, a *pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal o valor do IR e das contribuições a serem retidos na operação. (grifo nosso).*

§ 7º Para fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - serviços prestados com emprego de materiais, os serviços cuja prestação envolva o fornecimento pelo contratado de materiais, desde que tais materiais estejam discriminados no contrato ou em planilhas à parte integrante do contrato, e na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços; **(grifo nosso).**

(...)

§ 10. Em caso de pagamentos com glosa de valores constantes da nota fiscal, sem emissão de nova nota fiscal, a retenção deverá incidir sobre o valor original da nota.

§ 11. Em caso de pagamentos com acréscimos de juros e multas por atraso no pagamento, a retenção deverá incidir sobre o valor da nota fiscal incluídos os acréscimos.”

Vale transcrever também trechos da **Solução de Consulta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SC Cosit nº 317/2019**, que interpreta o art. 2º da IN/RFB nº 1.234/2012:

“(…)

13. Como operação de compra e venda, estão presentes o comprador, o vendedor, a coisa e o preço. Essa relação jurídica requer a presença de ambos os sujeitos, cada um responsável por suas prestações. Vale dizer, se há um comprador de um bem, responsável pelo pagamento, necessariamente há um vendedor, responsável pela entrega do referido bem.

14. Portanto, a situação narrada enquadra-se na hipótese descrita no art. 2º da IN RFB nº 1.234, de 2012. Para sua aplicação, e consequente submissão aos efeitos da norma, cabe identificar a presença dos elementos descritos, conforme exposto.

15. No que concerne ao sujeito enquadrado como fornecedor (vendedor), este será identificado como o dono da coisa adquirida, cujo domínio se transfere ao adquirente. Assim, os procedimentos e elaboração de documentações relativas à operação deverão levar em conta essa identificação.

15.1. De sorte que, nos exatos termos do § 6º, do art. 2º da IN RFB nº 1.234, de 2012, retro, a operação mercantil de compra e venda sob exame, obriga a pessoa jurídica vendedora a emitir o documento fiscal da operação, fazendo o respectivo destaque dos tributos que deverão ser retidos pelo órgão público adquirente.

16. Com base no exposto, responde-se à consultante que

16.1 - A retenção de tributos nos termos da IN RFB nº 1.234, de 2012, tem como fato gerador o pagamento, pelas entidades elencadas, à pessoa jurídica, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

16.2. O fato de as partes classificarem o dispêndio como reembolso para ressarcimento do valor de aquisição dos bens entregues não modifica as regras de incidência da retenção. (grifo nosso).

16.3. O documentário fiscal deverá ser emitido pela pessoa jurídica que efetua a transferência de domínio do bem fornecido, em favor do adquirente, fazendo

nele constar destacados os tributos que devem ser retidos pelo órgão público adquirente.”

Por fim, para obedecer à referida recomendação, a contratada deve colocar um BDI no valor das peças para cobrir os tributos, o que pode tornar o contrato mais caro e poderá também ser menos atrativo para as empresas do ramo.

Portanto, além dessa solução apresentar desafios como custos elevados, a contratante ficará com dependência total da empresa para fornecimento de peças e insumos.

5.3.3 – ALTERNATIVA 3: Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra para manutenção preventiva e corretiva, não incluso fornecimento de peças.

Nesta alternativa, os serviços são realizados sem dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo os profissionais supervisores. Neste caso, os profissionais sempre prestariam os serviços em datas programadas (manutenções preventivas) ou em momentos não planejados, para chamados de manutenção corretiva ou de serviços de adequação. Não haverá fornecimento de peças pela empresa contratada.

VANTAGENS:

- Sem a necessidade de adquirir peças imediatamente, os custos iniciais da contratação são reduzidos, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos financeiros.
- A PRPE já tem em estoque alguns materiais usados na execução dos serviços.
- O órgão público pode adquirir peças conforme a necessidade e optar por fornecedores que ofereçam melhor custo-benefício, garantindo maior controle sobre os gastos e qualidade dos produtos.
- Ao separar a mão de obra da aquisição de peças, há maior transparência nos custos e na gestão dos recursos, evitando sobrecargas financeiras e permitindo auditorias mais eficazes.
- A compra de peças pode ser planejada e incluída no orçamento anual do órgão, facilitando a previsão de despesas e a gestão financeira.
- Separar a prestação de serviços da venda de peças elimina possíveis conflitos de interesse, garantindo que as recomendações de troca de peças sejam realmente necessárias.

DESVANTAGENS:

- O órgão público precisa gerenciar a compra e o estoque de peças, o que pode exigir recursos adicionais em termos de tempo, pessoal e logística.
- A gestão da compra de peças adiciona uma camada de complexidade administrativa, incluindo a necessidade de processos de licitação, controle de qualidade e gestão de fornecedores.

No cenário atual, tendo em vista a PRPE já contar com alguns materiais em estoque, essa é a alternativa que melhor atende à nossa necessidade, pois contempla os objetivos de continuidade de prestação dos serviços com a redução de custos iniciais, celebração de contratos pontuais com menos burocracia e evita desperdício de recursos públicos. Essa decisão levou em consideração o equilíbrio entre custo, eficiência e a capacidade de resposta às necessidades do órgão.

5.4 - Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

Após o levantamento das soluções acima, e levando-se em consideração as vantagens e desvantagens de cada uma, a opção mais viável para atender às

necessidades da unidade é o **subitem 5.3.3**, contratação de empresa especializada para a prestação de serviço, de natureza contínua, de manutenção preventiva e corretiva do sistema de CFTV, cerca elétrica e 02 portões eletrônicos na PRPE, sem fornecimento de peças e/ou materiais, e sem dedicação exclusiva de mão de obra.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Os preços de referência foram obtidos com pesquisa direta com fornecedores, sediados local ou regionalmente, no intuito de obter a realidade do mercado local. Além disto, não foram encontrados preços nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços, ou no sistema contratado, o Banco de Preços, em relação a contratações similares feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, pois as licitações realizadas nesse período possuíam objetos discrepantes da necessidade da PRPE quanto à contratação de uma única empresa especializada para realizar manutenções no sistema de CFTV, cerca elétrica e portões eletrônicos, sem fornecimento de peças e/ou materiais.

6.2 – Ademais, as cotações no mercado local tiveram como objetivo obter uma estimativa de preço condizente com o serviço que será prestado, o qual depende das condições específicas do Órgão, dos seus equipamentos e do tempo de deslocamento da empresa CONTRATADA. Além de aferir os preços praticados, pôde-se verificar a existência de interessados a participar de um eventual certame.

6.3 - Para formação do preço de referência foi escolhido o critério do **MENOR PREÇO**, conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria SG/MPF nº 100, de 31 de maio de 2023, descritos no relatório de pesquisa de preços anexo a este ETP.

6.4 - Os serviços pesquisados estão de acordo com as especificações e requisitos da contratação.

6.5 - O pagamento será realizado **MENSALMENTE**, devidamente atestado pelo fiscal do Contrato.

6.6 - No preço dos serviços deverão estar inclusos todos os equipamentos necessários à sua execução, bem como os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, fretes e outros que incidam ou venham a incidir para a sua completa execução.

6.7 - O **preço estimado mensal** para a presente contratação segue na tabela abaixo, conforme relatório de pesquisa de preços em anexo.

ITEM	CÓD. CLASSE/ GRUPO	CÓD. CATSER	DESCRIÇÃO	QTDE	MÁXIMO VALOR MENSAL TOTAL ADMISSÍVEL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA PRPE EM:				
1.1	873	22977	SISTEMA DE CFTV	1	R\$ 1.490,90
1.2	873	14826	CERCA ELÉTRICA	1	R\$ 450,00
1.3	871	17957	02 PORTÕES ELETRÔNICOS	1	R\$ 500,00
VALOR GLOBAL					R\$ 2.440,90

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço, de natureza contínua, de manutenção preventiva e corretiva do sistema de CFTV, cerca elétrica e 02

portões eletrônicos na PRPE, sem fornecimento de peças e/ou materiais, e sem dedicação exclusiva de mão de obra.

7.2 - Local da execução do objeto:

LOCAL DE EXECUÇÃO
Avenida Agamenon Magalhães, 1800, bairro Espinheiro, Recife/PE Responsável: Emerson Barreto Telefone: (81) 98162-3005 E-mail: prpe-disot@mpf.mp.br

7.3 - Além das rotinas discriminadas no **Termo de Referência**, deverão ser adotadas pela CONTRATADA as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas, indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos.

7.4 - A CONTRATADA deverá zelar pela integridade física das instalações, devendo reportar imediatamente à FISCALIZAÇÃO sempre que forem verificadas infiltrações, corrosões e outras avarias que possam prejudicar o perfeito funcionamento e/ou a vida útil dos aparelhos e suas instalações.

7.5 - A CONTRATADA atenderá aos chamados emergenciais da CONTRATANTE de modo a restabelecer o correto funcionamento dos sistemas sempre que necessário, sem custo adicional de mão de obra.

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

8.2 - Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva do sistema de CFTV, cerca elétrica e portões eletrônicos, sob a forma de execução indireta. Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, prestação de serviço, de natureza contínua, de manutenção preventiva e corretiva do sistema de CFTV, cerca elétrica e 02 portões eletrônicos na PRPE, sem fornecimento de peças e/ou materiais, e sem dedicação exclusiva de mão de obra.

8.3 - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a contratação por meio da **Dispensa de Licitação, na forma eletrônica**, com base no inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, foi a forma mais vantajosa, considerando o custo administrativo de realizar uma licitação (princípio da economicidade) e em atenção ao princípio da eficiência, celeridade e competitividade:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

[]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras;"

[]" (valor atualizado pelo Decreto nº 11.871, de 2023)

8.4 - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- ⌚ Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- ⌚ Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - ❖ não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - ❖ o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - ❖ a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

8.5 - Considerando que o valor estimado da presente contratação está abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação será exclusiva para ME/EPP.

8.6 - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, através da **modalidade "Dispensa eletrônica exclusivo para ME/EPP"**, para o serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de CFTV, cerca elétrica e 02 portões eletrônicos na PRPE, sem fornecimento de peças e/ou materiais.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 - Acerca do parcelamento do objeto, segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

"V - atendimento aos princípios:

[];

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[];

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.2 - Portanto, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

9.3 - O objeto deste Estudo permite sua divisão, porém o parcelamento poderia implicar numa complexa e desnecessária demanda para os fiscais contratuais, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em lotes independentes. Além disso, a contratação sem parcelamento, de que trata o objeto, permite à Administração uma maior economia com ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade. Ademais, como a prestação do serviço objeto da contratação é feito pelas empresas de mesmo ramo, ao parcelar, não haveria ampliação na competitividade.

9.4 - Assim, conforme entendimento do TCU, para o caso em tela, o parcelamento não é uma solução viável. A contratação de que trata o objeto, por meio de preço global, permite à Administração uma maior economia com ganho de escala, pois, conforme citado acima, os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade.

9.5 - Dessa forma, os itens deverão ser agrupados em **LOTE ÚNICO** por serem serviços comuns ao mesmo ramo empresarial, qual seja, segurança eletrônica, cuja execução em conjunto trará significativa redução de preço, comparando-se com a realização dos serviços em separado, por fornecedores diferentes. Portanto, o objeto deverá ser prestado sem parcelamento, por uma única empresa, que se responsabilizará por todas as manutenções no sistema de CFTV, cerca elétrica e portões eletrônicos e pelos riscos inerentes ao contrato.

9.6 - No caso em tela, pretende-se contratar o serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de CFTV, cerca elétrica e 02 portões eletrônicos para a sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com disputa pelo **PREÇO GLOBAL DO LOTE**, respeitando-se os valores máximos estabelecidos para cada subitem.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - Os resultados pretendidos ao realizar essa contratação são multifacetados e incluem:

- ⌚ Realizar manutenção regular para prevenir falhas e realizar reparos imediatos em caso de problemas, aumentando a vida útil dos equipamentos, uma vez que equipamentos bem mantidos operam de forma mais eficiente, aumentando a segurança da Instituição.
- ⌚ Manutenção preventiva reduz a necessidade de reparos emergenciais dispendiosos e prolonga a vida útil do sistema de CFTV, especialmente, bem como da cerca elétrica e portões eletrônicos, evitando a substituição precoce dos equipamentos.
- ⌚ Assegurar que todos os procedimentos de manutenção estejam em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes, garantindo a segurança dos equipamentos e das instalações.
- ⌚ A empresa especializada fornecerá relatórios detalhados sobre as atividades de manutenção, permitindo um melhor monitoramento e controle dos equipamentos objeto da contratação.
- ⌚ Contratar os referidos serviços por meio de processo transparente e competitivo pode contribuir para uma gestão financeira mais eficaz do recurso público, garantindo que o órgão obtenha o melhor valor pelo dinheiro gasto.
- ⌚ Promover práticas sustentáveis, optando por produtos e fornecedores que estejam comprometidos com a responsabilidade ambiental, minimizando o impacto ambiental e demonstrando o compromisso do órgão com a sustentabilidade.
- ⌚ A presença de câmeras em pleno funcionamento pode aumentar a sensação de segurança entre membros, servidores, colaboradores e visitantes. A análise das gravações pode ajudar a identificar áreas de risco e a implementar medidas corretivas. Ainda, permite a supervisão constante de áreas críticas, ajudando a detectar atividades suspeitas ou invasões.
- ⌚ Os portões eletrônicos em pleno funcionamento proporcionam um método prático de entrada, que pode ser controlado por controle remoto permitem o acesso apenas a pessoas autorizadas, aumentando a segurança do local.
- ⌚ A presença de uma cerca elétrica em funcionamento reduz a probabilidade de tentativas de roubo ou vandalismo, desencorajando invasões.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não são necessárias adequações e/ou modificações no ambiente do órgão previamente à contratação.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

Foram identificados os seguintes possíveis impactos ambientais relacionados direta ou indiretamente à contratação:

- ⌚ Descarte inadequado de embalagens dos materiais e peças (baterias, câmeras ou outro componente eletrônico);
- ⌚ Baterias e outros componentes eletrônicos podem vazar substâncias tóxicas se não forem manuseados ou descartados corretamente;
- ⌚ Contaminação do solo e das águas subterrâneas;
- ⌚ A manutenção dos equipamentos objeto da contratação pode gerar resíduos perigosos, como óleo ou lubrificantes;

- ⌚ Sistemas eletrônicos, especialmente portões automáticos, podem gerar ruído, afetando a fauna local.

A fim de mitigar possíveis impactos ambientais, foram incluídos no ITEM 3.10 do presente Estudo Técnico Preliminar requisitos ambientais para a contratação.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço, de natureza contínua, de manutenção preventiva e corretiva do sistema de CFTV, cerca elétrica e 02 portões eletrônicos na PRPE, sem fornecimento de peças e/ou materiais, e sem dedicação de mão de obra exclusiva **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 29 de outubro de 2024.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Emerson Fernando Mendes Paes Barreto
Setor Demandante DISOT/PRPE

Rubinaldo Cabral Saraiva
CA/PRPE

Izahilton Mendes Guia Júnior
DICGC/PRPE

Marcos Amorim de Moraes
DEOF/PRPE

Alcione Martins da Silva
Coord. Equipe de Planejamento/PRPE

Grazielle Frutuoso Vilela
Equipe de Planejamento CA/PRPE

XV - APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

Aprovo o presente ETP e estabeleço o prazo de 10 dias como limite para confecção do Termo de Referência pela área demandante, com apoio da Equipe de Planejamento (Art.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

Patrícia Gonçalves Almeida Tesch
Secretária Estadual/PRPE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00073241/2024 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 31-2024**

.....
Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **30/10/2024 15:24:29**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **30/10/2024 15:44:04**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **30/10/2024 17:50:22**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **EMERSON FERNANDO MENDES PAES BARRETO**

Data e Hora: **30/10/2024 17:58:48**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **31/10/2024 08:56:33**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **31/10/2024 09:16:09**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **GRAZIELLE FRUTUOSO VILELA**

Data e Hora: **31/10/2024 11:42:36**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 867c19af.37fef39a.79234f66.7fc83298